

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO: GOVERNO PAPA TENTOU ACABAR

Em março os servidores municipais de Santos tiveram uma desagradável surpresa ao descobrir que os afastados por motivo de doença, licença maternidade, licença prêmio e férias não poderiam mais receber o auxílio-alimentação. Esse direito, adquirido há anos pela categoria, foi suspenso por conta de uma lei complementar enviada pelo Prefeito Papa e aprovada pela Câmara junto com o projeto de lei que concedeu o reajuste para a categoria.

Ciente da situação o Sindicato interveio de pronto exigindo reuniões com o secretário Municipal de Administração. Depois de muita pressão, um novo projeto foi enviado ao Legislativo mantendo o benefício nas mesmas condições anteriores.

Ou seja, os funcionários que ficarem afastados por qual-

quer motivo, independentemente do tempo, voltarão a contar com os R\$ 160,00, além do salário. Mas não podemos relaxar. Manteremos a vigilância para barrar quaisquer que sejam os atos de ataque aos nossos direitos.

Chamamos a atenção da Prefeitura para a

necessidade de modificar não as leis que garantem os direitos dos trabalhadores, mas sim as péssimas condições de trabalho, os salários baixos e o assédio moral, principais causas dos afastamentos e que continuam prejudicando a saúde dos funcionários.

É preciso lembrar ainda

que na campanha salarial o sindicato, representando o desejo da categoria, incluiu na pauta de reivindicações o aumento do auxílio-alimentação para 174,00. O prefeito, desconsiderando as necessidades dos servidores, impôs um auxílio-alimentação de R\$ 160,00 e agora não queria pagar nem mesmo esse valor aos servidores doentes.



Enquanto isso, na Secretaria Municipal de Saúde...

Funcionária é transferida. No dia seguinte é convocada para reunião com chefias. Pressionada, sofre derrame (AVC). É hospitalizada e entra em coma. Em 21/05/07 vem a óbito.

**ASSÉDIO MORAL MATA!
O PRÓXIMO PODE SER VOCÊ.
DENUNCIE AO SINDICATO!**

NENHUM DIREITO A MENOS! AVANÇAR NAS CONQUISTAS!

APROVADOS EM CONCURSO NÃO CONSEGUEM ASSUMIR CARGOS

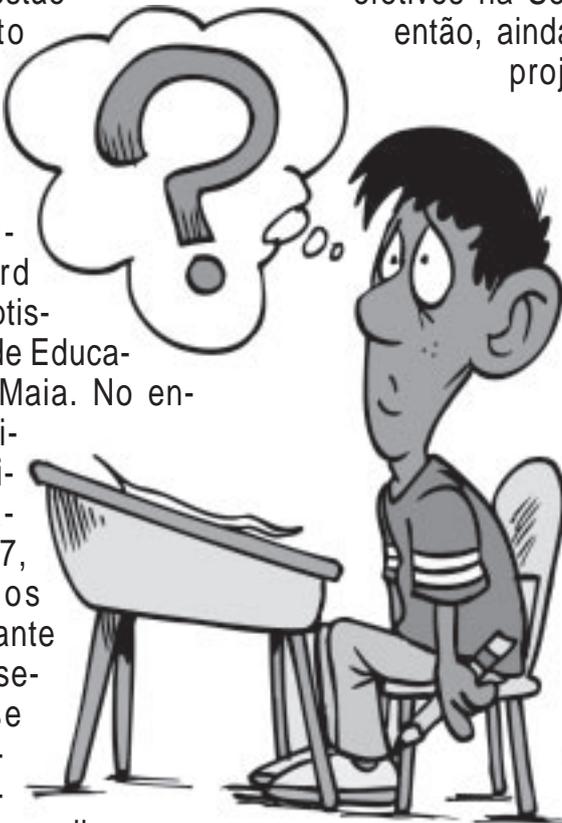
SINDISERV EXIGE SOLUÇÃO DEFINITIVA

É difícil de acreditar, mas está acontecendo. Os aprovados no último concurso público de Santos da área da Educação que estão sendo chamados pela Prefeitura estão tendo dificuldades para assumir os cargos.

Não bastasse a demora para a nomeação dos aprovados, falta agora organização para garantir que quem estudou, passou e foi chamado seja efetivado e comece a trabalhar. Muitos concursados não conseguem assumir salas de aulas porque os contratados estão garantindo as vagas antes. Foi o que aconteceu com diversas professoras que procuraram o sindicato. Elas foram nomeadas e quando chegaram nas escolas para assumir as classes foram informadas que teriam que assinar apenas o ponto, pois as classes estavam sendo regidas pelas contratadas. A pronta atuação do sindicato reverteu naquele momento

esse quadro absurdo.

Para tentar resolver definitivamente a questão o sindicato exigiu uma reunião com os secretários de Administração, Edgard Mendes Baptista Junior, e de Educação, Suely Maia. No encontro, realizado na última quinta-feira, dia 17, conseguimos uma importante vitória. Os secretários se comprometeram a ainda nos próximos dias concluir um levantamento de quantos cargos precisam ser criados para suprir a carência de



professores, profissionais técnicos e funcionários de escolas efetivos na Seduc. A partir de então, ainda esse mês, um projeto de lei para criação dos cargos será enviado à Câmara. Vamos acompanhar e cobrar. Diversos outros pontos levantados pelas próprias escolas com relação à estrutura física e funcional das unidades foram colocados na reunião e a secretária se comprometeu a estabelecer um calendário para discutir com o sindicato todos os itens divididos por temas.

RENOVAÇÕES

Infelizmente, até que o projeto de Lei criando novos cargos passe pela Câmara e que os aprovados sejam chamados e nomeados, muitos contratos terão de ser renovados. Isso é resultado da falta de planejamento da Seduc, que antes de abrir o concurso já deveria ter proposto a criação dos cargos.

De qualquer maneira esta é uma importante vitória para a categoria. Todo mundo sabe que o real motivo para tanta resistência em substituir a mão-de-obra contratada emergencialmente pelos concursados não-nomeados tem nome: clientelismo político.

Muitos vereadores não largam o osso e batem o pé fazendo pressão para manter seus apadrinhados políticos lotados temporariamente onde estão. São eles que garantem os preciosos votos que fazem a diferença na corrida eleitoral e ajudam a manter a base de apoio ao Governo no Legislativo. E quem investe em preparação, paga a taxa de inscrição e passa no concurso fica a ver navios.

Ter mais servidores efetivos é bom para a prefeitura, para os funcionários e para a população. O Instituto de Previdência terá mais gente contribuindo, a prefeitura terá menos custos com folha de pagamento e o serviço público não ficará mais à mercê da descontinuidade a cada vez que um temporário é desligado.

MERENDA: CONCURSO PAPA, CONCURSO!

Após anos sem um concurso público para o cargo de Merendeira, o Governo Papa realizou um processo seletivo. A pergunta que fazemos é: por que não um con-

curso? O que está por trás dessa teimosia em insistir nos contratados? Falta de planejamento ou o quê? Não dá para tratar um profissional da educação dessa forma!

SEMINÁRIO SOBRE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA TIRA DÚVIDAS DA CATEGORIA

Em todo o Brasil os servidores públicos federais, estaduais e municipais, além dos trabalhadores com carteira assinada que trabalham para a iniciativa privada, vivem um momento de ataque aos seus regimes de previdência. Está na pauta dos governos a implantação de reformas tidas como a salvação da lavoura para os sistemas de previdência deficitários, mas que na prática serão a ruína para os trabalhadores. Esse processo começou no Governo FHC e se mantém vivo no Governo Lula.



Fala-se em mudar as regras para concessão de aposentadorias como elevar a idade mínima para ter direito ao benefício ou mesmo aumentar as contribuições dos trabalhadores. Em Santos, a mudança para os servidores municipais já está em curso, com a criação do Instituto de Previdência, que em julho já começa a descontar 12% dos nossos salários.

Não teremos mais a Capep como responsável pelo provimento de pensões e pecúlios, mas sim uma instituição que arcará com essas funções e também com a concessão de aposentadorias, hoje controlada pela prefeitura.

Com tantas mudanças muitas dúvidas têm surgido entre os funcionários e o Sindserv, na tentativa de esclarecer os principais pon-

tos desta transição, promoveu em abril o seminário Aposentadoria e Agora? com a presença de especialistas no assunto como o vice-presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Jacareí e membro do Instituto de Previdência daquele município, Décio Moreira Neto, e o chefe da Seção de Benefícios e Direitos da Prefeitura de Santos, Cláudio Sole.

DIA 23 DE MAIO

O Governo Federal e os empresários estão discutindo mudanças na Previdência. Querem estabelecer a idade mínima de 65 anos para as aposentadorias e desvincular o pagamento de benefícios do salário mínimo.

Além disso, querem aprovar uma nova Lei de Greve que praticamente proibirá essa forma de luta no serviço público: entre as mudanças estão a aplicação de multas de R\$ 30 mil por dia para os sindicatos, demissões de dirigentes sindicais, necessidade de assembléia com 2/3 da categoria para decretar greve, classificação de todos os serviços como essenciais e a exigência de que 40% dos trabalhadores permaneçam em seus postos.

Esses ataques afetam a todos nós. Por isso, o Sindserv apoiou as mobilizações que ocorreram em todo o País em 23 de maio.

LEI 650 E O PAI DOS BURROS

A Lei 650 possibilita a contratação de funcionários sem concurso público, apenas nos casos de EMERGÊNCIA. Na sua origem, o contrato entre a prefeitura e o funcionário tinha validade por seis meses, renováveis ou não. Hoje, esse contrato pode durar até 4 longos anos.

Será que mudou o significado da palavra EMERGÊNCIA? Vamos ao Dicionário, mais conhecido como o Pai dos Burros:

EMERGÊNCIA: Situação Crítica.

(Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, Celso Pedro Luft)

Como se vê, o significado não mudou. Diante disso, qual das alternativas abaixo são verdadeiras:

● O Governo Papa é incompetente para solucionar as situações críticas?

● Interessa ao Governo a manutenção das situações críticas?

● O Governo Papa não lê dicionários?

● Todas as alternativas estão corretas?

TODOS JUNTOS EM DEFESA DA APOSENTADORIA E DOS DIREITOS SOCIAIS, SINDICAIS E TRABALHISTAS!

AÇÕES DA DIRETORIA

■ A diretoria do sindserv reuniu-se com o Secretário de Assistência Social para discutir e pedir providências sobre condições de trabalho, denúncias da população sobre maus tratos com moradores de rua, excesso de funcionários contratados pela Lei 650 e a nomeação dos concursados para o cargo de Operador Social.

■ O Sindserv esteve reunido na seção de Elétrica/Obras para intermediar conflitos entre trabalhadores e chefia. Na oportunidade foram detectados vários problemas de instalação e condições de trabalho: banheiro em eterna reforma, ausência de armários pessoais e falta de EPI e EPC.

■ O Sindserv está realizando um levantamento sobre as condições de trabalho e atendimento nas policlínicas. Em algumas já foram detectados sérios problemas estruturais. São elas: Jabaquara, Nova Cintra, Vila São Jorge. Estão sendo registradas infiltrações que ameaçam documentos, rachaduras em consultórios dentários e mofos em locais de armazenamento de remédios. Denuncie as péssimas condições em sua unidade!

PRESTAÇÃO DE CONTAS

COMO GASTAMOS O SEU DINHEIRO

Um dos COMPROMISSOS que assumimos em 2005, na campanha eleitoral do Sindicato, foi abrir as contas da entidade para a categoria. Para um grande número de sócios a tesouraria do SINDSERV, em gestões anteriores, era uma verdadeira "caixa preta".

Alem das assembleias anuais de Prestação de Contas, instalamos um

quadro envidraçado na recepção da entidade, e ali fixamos publicamente um descritivo completo das receitas e despesas mensais da entidade. Os dados são dispostos de forma simples e direta, com letras grandes, facilitando a leitura para todos.

Em caso de dúvidas a respeito dos dados ali dispostos, a pessoa (sócia/sócio) pode solicitar esclare-

cimentos com qualquer diretor ou com funcionários da Tesouraria.

Numa conjuntura em que, cotidianamente, tomamos conhecimento das bandalheiras feitas com o dinheiro público, prestar contas do uso dos recursos financeiros do sindicato, além de ser uma obrigação, mostra o grau de coerência entre discurso e prática.

PARABÉNS À ESCOLA EUNICE CALDAS

A convite das educadoras da Escola Eunice Caldas, o Sindserv compareceu no dia 8 de maio à unidade para dialogar com trabalhadores em educação sobre o tema **Assédio Moral**. A diretoria do Sindserv parabeniza a iniciativa que coloca em prática o princípio do diálogo que deve permear as relações nos locais de trabalho. Durante o encontro a professora Maria Cecília Santinho produziu o seguinte poema:

PESOS & MEDIDAS

*Qual é o meu peso
Nos meandros da vida?
E a minha medida!
Sou gente, ou coisa?
Sou medida, pesada
Avaliada, rotulada,
Engarrafada, descartável.
Pisada, amassada
E daí?
Nada é meu,
Nem de ninguém,
Mas...mesmo assim
Sou pesada, medida e avaliada.
Por quem? Para quê?
Para o governo sou número*

*Para o patrão sou descartável
Para a família: arrimo.
Oh! Humanidade insana
Tudo medimos e pesamos
Com falsos olhos
Com falsos valores
Sonhamos medir e pesar Deus
Mas e Deus?
Como ele nos vê?
Como ele nos pesa?
Será que serei pesada e medida
Com as mesmas medidas que
pesei e medi
O meu semelhante ?
Será ??????*

